

## Empresa do grupo Galvão teve bens apreendidos sem autorização

A Galvão Engenharia, uma das empreiteiras citadas na operação “lava jato”, afirma que a Galvão Participações, empresa “irmã” da investigada, teve documentos apreendidos sem a autorização da Justiça. Como as duas companhias funcionam no mesmo prédio, em São Paulo, a Polícia Federal subiu 17 andares a mais, em novembro, para ir até a sede da Galvão Participações pegar documentos, computadores, anelinhos de celular e cartões de créditos.



Embora a segunda empresa estivesse fora do mandado, a PF

ignorou avisos de funcionários e advogados que acompanhavam a diligência, de acordo com petição apresentada pelos advogados **José Luis Oliveira Lima** (*foto*), **Jaqueline Furrier** e colegas do Oliveira Lima, Hungria, Dall'Acqua & Furrier Advogados. O escritório defende o executivo Erton Medeiros Fonseca, diretor de óleo e gás da Galvão Engenharia que virou réu sob a acusação de integrar um cartel que teria fraudado contratos da Petrobras.

Ao avaliar o pedido de busca e apreensão, o juiz federal Sergio Fernando Moro [autorizou que a PF entrasse em mais de um andar](#), se julgasse necessário. Mas os advogados apontam que as provas colhidas em outra empresa, ainda que no mesmo prédio, já foram declaradas nulas pelo Supremo Tribunal Federal.

Em dezembro de 2014, a [2ª Turma do STF rejeitou](#) o uso de discos rígidos e computadores apreendidos na operação chagal, mais tarde usados na operação satagraha. O episódio ocorreu em 2004, quando a PF aproveitou busca e apreensão destinada à sede do Grupo Opportunity, de Daniel Dantas, para vasculhar a sede do banco de mesmo nome, localizado em outro pavimento do prédio.

No novo caso, a Galvão Participações já apresentou pedido para receber de volta o patrimônio apreendido, ainda sem resposta. A empresa aponta que, apesar de ter participação societária na empreiteira investigada, “não se confunde com esta”. Questionada pela revista **Consultor Jurídico**, a PF preferiu não se manifestar.

### Pagamento como vítima

A defesa de Erton Fonseca também afirma que, na verdade, ele e a Galvão Engenharia foram vítimas de concussão (exigência de vantagem indevida). A empresa assumiu repasses a uma empresa controlada

pelo doleiro Alberto Youssef, mas disse que ganhou contratos na Petrobras por méritos próprios e foi ameaçada de sofrer “retaliação” caso não fizesse o pagamento. A cobrança partiu do ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa, segundo os advogados.

Para a Galvão Engenharia, não faz sentido a acusação de que integrou um esquema de fraudes. A empreiteira diz que, em 14 contratos firmados, apresentou orçamentos abaixo do texto fixado pela própria Petrobras.

A defesa de Erton avalia que a denúncia do Ministério Público Federal apresenta uma série de problemas: baseia-se principalmente em delações premiadas, “prova de discutível valor”; faz afirmações genéricas e limita-se a apontar que a Galvão Engenharia integraria um cartel, sem explicar como o réu teria participado.

Os advogados também dizem não haver provas de que Galvão tenha participado de um “clube” de empreiteiras, como diz o MPF. Segundo eles, a empresa não é citada em documentos apreendidos pela PF, como uma planilha elaborada pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. Outro argumento é que o caso não deveria ser julgado pela 13ª Vara Federal de Curitiba, pois nenhum ato relatado ocorreu no Paraná.

Clique [aqui](#) para ler a defesa.

**Processo: 5083360-51.2014.404.7000**

*\* Texto atualizado às 13h40 do dia 28/1/2015.*

**Date Created**

27/01/2015